



Rede Internacional do Gênero e Comércio

Boletim Mensal (IGTN)

Vol. 5 N° 4

Abril de 2005

**Palestra da IGTN em Genebra, Audiências nos
EUA sobre o CAFTA**

www.IGTN.org

NOTÍCIAS DAS NEGOCIAÇÕES

- ♣ Notícias da OMC – Cristina Gueco, IGTN Genebra
- ♣ Começam Audiências do CAFTA nos EUA – Abaladas Negociações do AFTA – Kristin Sampson, USGTN

A IGTN em Ação

- ♣ A IGTN no Simpósio da OMC – Maria Riley, Secretariado da IGTN
- ♣ Mulheres nos EUA Percebem Ligação entre Políticas de Comércio e Experiências Locais – Kristin Sampson, USGTN

RECURSOS DO GÊNERO E COMÉRCIO

EVENTOS E AVISOS

NOTÍCIAS DAS NEGOCIAÇÕES

Notícias da OMC

Cristina Gueco, IGTN Genebra

Conselho dos TRIPS

Entre 8 e 9 de março, o Conselho do Acordo sobre Aspectos de Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) se reuniu para discutir questões de saúde pública e biodiversidade. Quanto à **saúde pública**, os Membros se voltaram para emendas ao Artigo 31 do Acordo de forma a facilitar a exportação de drogas produzidas sob licenças compulsórias[1]. A discussão se concentrou na apresentação do Grupo da África que apóia uma proposta de dezembro de 2004 para emenda ao Artigo 31 (IP/C/W/437).

Esta apresentação do Grupo da África contém os seguintes elementos: a) forma legal de emendas; b) justificativas para modificar a Decisão de 30 de agosto; e c) status da declaração do Presidente. A apresentação apóia que a Decisão de 30 de agosto[2] seja modificada através de emendas ao texto contido no corpo do Acordo. O Grupo da África

argumenta que notas de rodapé para modificar a Decisão de 30 de agosto não exerceriam muita influência para se fazer emendas ao artigo 31 do TRIPS e que mudanças feitas no corpo do texto trariam maior respaldo jurídico.

Países em desenvolvimento como Argentina, Brasil, Hong Kong-China, Índia, Jamaica, Quênia, Malásia e Filipinas apoiaram a proposta do Grupo da África e ressaltaram a necessidade de que a Decisão de 30 de agosto forneça uma solução para um problema de saúde pública. Portanto, sua implementação deveria ser realizada dentro deste contexto. Alguns países desenvolvidos como a Suíça e os Estados Unidos temem que emendas ao texto venham a enfraquecer quaisquer salvaguardas que evitem o desvio de remédios para mercados inapropriados.

A CE não apoiou o argumento do Grupo da África de que o uso de notas de rodapé não seria solução suficiente para emendar o Acordo TRIPS.

O presidente da reunião, Tony Miller, de HK-China, propôs dar continuidade às consultas discutindo parágrafo por parágrafo o texto da Decisão de 30 de agosto. O prazo para se chegar ao acordo era 31 de março de 2005. Mas os Membros não tomaram decisão alguma até a data em questão, o que levou a uma interrupção das negociações. A reunião de 31 de março foi simbólica para muitos Membros que destacaram o fator de “vida ou morte” para muitos países cujas populações têm necessidade urgente de remédios e a imoralidade de se retardar um acordo sobre a emenda. Essa discussão se deu na última reunião do Conselho dos TRIPS presidida por Tony Miller. Ele será sucedido por Choi Hyuck, da Coreia, que fará consultas com os Membros em preparação para a reunião do Conselho Geral (CG) em maio.[\[3\]](#)

As discussões sobre **biodiversidade** se concentraram numa apresentação, feita pelo Brasil em nome de Bolívia, Cuba, Equador, Índia, Paquistão, Peru, Tailândia e Venezuela (IP/C/W/442), que trata do problema global da bio-pirataria[\[4\]](#). O artigo se baseia em propostas conduzidas anteriormente por Brasil e Índia em março de 2004 que listavam, para consideração, questões sobre o tópico. As negociações se concentraram principalmente em exigências para se requerer patentes relacionadas a recursos genéticos e conhecimento tradicional (CT) [\[5\]](#) de forma a revelar evidências de partilha justa e eqüitativa de benefícios com os países de origem, uma posição fortemente defendida pela IGTN.

O objetivo do grupo é o de estabelecer um sistema internacional de proteção onde seja permitido o uso de recursos genéticos e de CT para comercialização, mas apenas depois que a fonte originária seja revelada e que sejam aceitáveis as condições de partilha de benefícios e haja um consentimento baseado em informações prévias (CIF). Os membros serão obrigados a fornecer evidências de partilha eqüitativa e justa de benefícios e de CT como condição para se requerer patentes. Para determinar a presença de partilha eqüitativa de benefícios, o grupo se referiu a: a) Artigo 15(7) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) [\[6\]](#) onde sejam delineadas as condições, obrigações, procedimentos, tipos, prazos, distribuição e mecanismos de partilha de benefícios; e b) uma obrigação de relatar a obtenção de patente e comercialização onde se contemple partilha de benefícios no futuro.

O grupo também propôs mecanismos de não cumprimento onde deixar de fornecer evidências de partilha justa e eqüitativa de benefícios tanto antes quanto depois da concessão da patente resultasse em penalidades. Deixar de fornecer as evidências antes

de conceder a patente resultaria em interrupção do procedimento de solicitação, em penalidades, em limitações de prazo e na retirada do requerimento até o fornecimento das evidências necessárias. Deixar de fornecer as evidências depois de concedida a patente resultaria em revogação da patente e em sanções criminais e administrativas, inclusive danos punitivos. Essas medidas, segundo o grupo, são suplementares e não implicam substituição a regimes nacionais. Tratam-se simplesmente de incentivos para que os requerentes cumpram tanto a lei dos países de origem quanto os objetivos e normas da CBD.

Os países em desenvolvimento confirmaram seu apoio a um sistema internacional que trate da bio-pirataria. Eles argumentaram que o atual sistema de patentes não é suficiente para evitar a desapropriação e se referiram aos elevados custos envolvidos em pesquisar se os requerimentos de patentes em países terceiros envolvia o uso de recursos genéticos. Mas a Austrália mostrou-se apreensiva com os custos para implementar um sistema assim e destacou que o sistema de patentes não deveria ser a principal solução para evitar a apropriação indevida de recursos genéticos.

Os países desenvolvidos, por outro lado, argumentaram que a CBD não entra em conflito com o Acordo dos TRIPS e, portanto, a emenda não seria necessária. Os Estados Unidos e o Japão preferiram uma estratégia nacional baseada em contrato fora do âmbito da lei internacional das patentes. Eles argumentaram que a submissão poderia atrapalhar as inovações que advêm das patentes. Os Estados Unidos declararam que deveriam ser tomadas providências no nível nacional, e não dentro da OMC. A CE disse que poderia concordar com algumas questões mas não com aquelas ligadas ao PIC (Conselho da Indústria Privada) e apresentação de provas de partilha de benefícios justa e equitativa.

Já que vários Membros mostraram interesse em continuar o diálogo sobre a submissão, a discussão continuou de maneira informal no dia 31 de março. Foi elaborado um cronograma e um parecer do Presidente será apresentado durante as reuniões de maio do GC e do Comitê de Negociações do Comércio. As próximas reuniões do Conselho dos TRIPS estão marcadas para 14-15 de junho e 25-26 de outubro de 2005. Poderá surgir em julho um documento para aprofundar a definição da questão sobre o Acordo dos TRIPS e a CBD. Essa questão também poderá se tornar um componente essencial da 6ª Conferência Ministerial da OMC em Hong Kong-China em dezembro e da Agenda Final do Desenvolvimento de Doha até o fim de 2006.

Conversações sobre a Agricultura

A questão de se elaborar uma fórmula que converta tributos específicos em tributos percentuais, ou equivalentes *ad valorem* (AVEs) para produtos agrícolas, domina as negociações agrícolas desde agosto de 2004. Entretanto, os Membros não conseguiram cumprir o prazo deste mês, apesar dos compromissos para se chegar a um acordo assumidos durante a mini-ministerial de Quênia. Uma decisão quanto a este ponto é fundamental para se preparar o caminho para a redução de tarifas sobre produtos agrícolas, a questão mais importante referente ao acesso a mercados.

A maioria das discórdias quanto a uma fórmula de redução tarifária surge a partir das economias desenvolvidas, como a CE, que teria de fazer a maior parte das concessões para conversão de AVEs. Por isso eles pedem concessões ainda maiores dos demais Membros quanto a questões de seu interesse, a saber, relativas ao NAMA e aos serviços.

Dentre outras questões de importância fundamental para a IGTN nas negociações da agricultura há o uso de Produtos Especiais (SPs) e os Mecanismos Especiais de Salvaguardas (SSMs)[7] para os países em desenvolvimento. Mas a maioria deles prioriza o encontro de uma fórmula para a redução tarifária antes de considerar esses outros itens. Ainda não está claro se será conseguido um acordo sobre todas essas questões antes da reunião de julho do GC.

Quanto ao apoio à caixa âmbar[8], os Membros acertaram entre si que deveriam ser visados aqueles com elevados níveis de apoio doméstico e elevados níveis de impacto sobre mercados mundiais, como a CE, e não deveriam ser visados países com elevados níveis de apoio doméstico que contudo não afetam mercados mundiais em relação ao seu tamanho, como a Suíça e a Noruega. Quanto ao apoio à caixa azul[9], os Membros ainda estão negociando se deveriam ser incluídos nessa categoria outros programas que não limitam a produção. O G20[10] argumenta que, para que sejam incluídos nessa categoria, quaisquer novos programas deveriam distorcer o comércio menos que aqueles sob o apoio da caixa âmbar. Eles também estão trabalhando na redefinição das regras para programas de limitação de produção.

Quanto à concorrência nas exportações, ou seja, subsídios e créditos para a exportação, e empresas estatais de comércio, chegou-se a um certo acordo. Excluindo-se a questão de auxílio alimentar, o Presidente Groser espera uma “primeira aproximação” de modalidades até julho. Avançar nas negociações sobre esses tópicos é importante para a eliminação dos subsídios à exportação.

Negociações do NAMA (Acesso a Mercados Não Agrícolas)

Os Membros entregaram suas propostas para uma fórmula que reduza as tarifas industriais para a sessão de negociações do NAMA entre 14 e 19 de março. As propostas da CE, dos EUA, da Noruega e uma conjunta entre México, Chile e Colômbia, todas sugerem uma fórmula não linear[11] com aplicação de coeficientes diferentes para os países desenvolvidos e os em desenvolvimento. Também esteve na reunião o Conselho Nacional para o Comércio Estrangeiro (NFTC)[12] que representa mais de 300 empresas norte-americanas e apóia sérias reduções nas tarifas para os produtos industriais dos países em desenvolvimento.

A CE propôs uma fórmula não linear cujas variações de coeficientes dependiam dos compromissos assumidos pelos países em desenvolvimento quanto às tarifas obrigatórias e as concessões feitas para políticas de importação. Os EUA propuseram uma fórmula não linear cujas diferenças entre coeficientes não eram grandes demais para que se permitisse um “verdadeiro acesso a mercados”.

A maioria dos países em desenvolvimento rejeitou essas propostas, declarando sua necessidade de “espaço para políticas” e de um desenvolvimento industrial onde certos produtos sejam protegidos enquanto o acesso seja permitido para outros. Embora a meta de uma fórmula não linear seja alcançar uma harmonização geral através de uma redução maior das altas tarifas existentes do que das baixas, os países em desenvolvimento estão apreensivos quanto à aceitação geral de se adotar a fórmula não linear. Eles argumentam que a uniformidade não irá necessariamente conduzir ao desenvolvimento econômico.

A Argentina, o Brasil, a China, a Índia e a África do Sul propuseram sua preferência pela adoção de uma fórmula de Girard – trata-se de uma fórmula não linear que incorpora

níveis tarifários médios de cada país para determinar os diferentes coeficientes. Esses importantes países em desenvolvimento têm tido atuação de destaque nas negociações do NAMA e estão formando um grupo de países em desenvolvimento para tratar dessa questão.

A IGTN está elaborando sua posição quanto ao NAMA.

A Mini-Ministerial da OMC na Índia

Em seguida à última mini-ministerial no Quênia, a Índia sediou uma reunião do G20 nos dias 17 e 18 de março. Trata-se de um dos muitos encontros informais que estão ocorrendo fora da OMC para complementar os processos formais internos.

A reunião mini-ministerial do G20 na Índia foi uma oportunidade para os Membros do G20 consolidarem suas posições sobre a agricultura e para fazerem fervilhar idéias acerca de uma maneira de eliminar os subsídios à exportação dentro dos próximos cinco anos. Um esboço de pronunciamento ministerial foi apresentado pelos ministros do comércio que mostraram a necessidade de haver salvaguardas especiais integrando qualquer acordo sobre agricultura. Quanto ao acesso a mercados, o esboço apóia a conversão das tarifas específicas em AVEs, que poderiam ter implicações na elaboração de uma fórmula de redução tarifária capaz de permitir uma proporcionalidade para os países em desenvolvimento. Além disso, estabelecer meios para processos mais inclusivos e transparentes, e a discussão sobre serviços e NAMA foi aprofundada entre o G20, o G33^[13], o Grupo de Estados ACP, a Comunidade Caribenha (CARICOM) e o Grupo LDC.

Outras mini-ministeriais foram marcadas subseqüentemente, para abril, no Japão, juntamente com uma reunião da ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático), e em Genebra, realizada pelo Canadá, logo antes do Simpósio da OMC em meados de abril. O ritmo acelerado dos processos que ocorrem entre as mini-ministeriais tem sido fortemente criticado pela sociedade civil na medida em que os países desenvolvidos aumentam a pressão para que aqueles em desenvolvimento façam concessões. Além disso, a IGTN critica as mini-ministeriais por sua exclusividade e seus processos não transparentes.

Para ver esta Notícia sobre a OMC e outras antigas, visite:

<http://www.igtn.org/page/404>.

Começam nos EUA Audiências do CAFTA – Tropeçam Negociações do AFTA

Kristin Sampson, USGTN

Em toda a região das Américas, cresce a apreensão quanto ao impacto de uma liberalização ainda maior do comércio no sentido de impedir a aprovação de um polêmico pacto de “livre comércio” entre os EUA, a América Central e a República Dominicana e um aprofundamento das negociações em torno de um pacto entre os EUA e os Países Andinos.

Começam nos EUA Audiências do CAFTA

Neste final de abril, parece que maiores movimentações no sentido de um acordo de livre comércio entre os EUA, a América Central e a República Dominicana (CAFTA) se

prendem à aprovação nos EUA. Os correligionários do CAFTA deram os primeiros passos para que a matéria fosse votada este mês com audiências do comitê tanto no Senado quanto na Câmara daquele país. Em todas essas audiências, é notável o ceticismo, que cresce entre os democratas com histórico de apoio ao “livre comércio”, quanto aos benefícios de se levar um modelo do NAFTA (Acordo Norte-americano de Livre Comércio) para o CAFTA, ceticismo esse do qual alguns republicanos começam a partilhar.

A Audiência do Comitê Financeiro do Senado no dia 13 de abril deu sinais de uma forte oposição ao CAFTA mostrada por muitos democratas e alguns republicanos, onde muitos republicanos questionaram os benefícios do acordo nos EUA e na região.

Contrária à crítica bipartidária do CAFTA durante a Audiência do Comitê Financeiro do Senado, a audiência de Meios e Recursos da Câmara realizada em 21 de abril pareceu seguir as linhas partidárias num debate amargo. Os republicanos em geral mostraram apoio ao CAFTA e procuraram extrair os supostos benefícios do Acordo ao questionarem o Representante dos EUA para o Comércio Peter Allgeier. Por sua vez, os democratas destacaram os pontos fracos e as ameaças levantadas pelo CAFTA e questionaram os supostos benefícios do Acordo para o povo dos EUA, da América Central e da República Dominicana. Reconhecendo a ausência dos impactos de gênero na discussão, a Rede do Gênero e Comércio nos EUA entregou um testemunho por escrito à audiência (disponível na Internet no endereço <http://www.igtn.org/page/592/1>).

Os democratas no sub-comitê da Câmara para Energia e Comércio também mostraram-se opostos ao CAFTA durante uma audiência realizada em 28 de abril. Um Membro acusou o CAFTA de ser ruim para os trabalhadores, para o meio ambiente e para os agricultores. Outro observou que o “CAFTA se baseia nas mesmas noções equivocadas em que se baseou o NAFTA em 1994. O NAFTA fracassou.”^[14]

Apesar do caráter contencioso do CAFTA, o Presidente do Comitê de Meios e Recursos da Câmara Bill Thomas (R-CA) avisou que iria “provavelmente” retirar o acordo do comitê “mais para perto” do fim de abril, depois da audiência do dia 21 daquele mês. Ele declarou publicamente que espera para maio uma votação do CAFTA. Caso aprovado, ele vai para o Senado para ser votado durante o verão daquele país.

Durante todo o mês de abril, continuaram os protestos contra o CAFTA nos países da América Central. Ativistas em El Salvador informaram que no dia 13 de abril, como parte da Semana Global de Ação, uma passeata com aproximadamente 20.000 pessoas protestando pacificamente contra o CAFTA foi recebida, a menos de um quilômetro da residência presidencial, pela polícia de choque, que colocou arame farpado no caminho e logo “atacou os manifestantes com balas de borracha e gás lacrimogênio.”^[15]

Embora a imprensa nicaragüense não tenha coberto os eventos contrários ao CAFTA, a imprensa guatemalteca registra que, de maneira semelhante, milhares de estudantes universitários saíram pelo país em passeata de apoio aos seus políticos que votaram contra o Acordo.

Ainda durante a Semana Global de Ação, vários manifestantes representando organizações sociais, estudantes, camponeses, indígenas, sindicatos e mulheres saíram em passeatas pelas cidades da Costa Rica em manifesto de oposição ao acordo de livre comércio tal como fora proposto. Segundo relatos de ativistas locais, aqueles que se

opõem ao CAFTA no país ameaçaram puxar uma greve de grandes proporções caso o Acordo seja introduzido na legislatura.

Tropeça o ALC Andino

Acabou no dia 22 de abril a nona rodada de negociações para um acordo de livre comércio entre os Estados Unidos e os três países andinos, Equador, Peru e Colômbia – o AFTA. Os negociadores saíram de Lima em meio a uma revolta política no Equador e grandes cisões ainda quanto à agricultura e a propriedade intelectual. A discussão foi concluída nas áreas de comércio eletrônico e da capacidade comercial dos países andinos. Assumindo uma posição diferente das que adotara anteriormente, os EUA concordaram em ampliar o capítulo ambiental para discutir a biodiversidade e o patrimônio biológico da Bacia Amazônica.

Em meio a protestos cada vez mais violentos em Quito e Guayaquil, o congresso equatoriano decretou o *impeachment* do Presidente Lucio Gutierrez, levando-o a fugir do país e ao Vice-presidente Alfredo Palácio a assumir a presidência. A ascensão de Palácio, crítico das negociações do ALC, forçou a equipe equatoriana a evitar uma participação mais ativa.

Diante do clima político instável no Equador e contínuas disputas quanto a investimentos entre EUA, Equador e Peru, opositores do AFTA especulam que os EUA e a Colômbia talvez partam para negociações bilaterais e encerrem as conversas multilaterais com o Equador e o Peru.

A Rede do Gênero e Comércio dos EUA (USGTN) e a Rede Latino-americana do Gênero e Comércio (LAGTN) estão elaborando incidência conjunta contra o AFTA.

A IGTN EM AÇÃO

A IGTN no Simpósio da OMC

Maria Riley, Secretariado da IGTN

A IGTN fez uma contribuição forte e eficaz ao Simpósio da Primavera realizado anualmente pela OMC, “A OMC 10 anos depois: Problemas Globais e Soluções Multilaterais”, entre 20 e 22 de abril de 2005.

Mariama Williams (Rede Caribenha do Gênero e Comércio – CGTN) foi a única mulher nos dois “Painéis de Alto Nível” que enquadraram as questões do Simpósio. Ela fez uma convocação desafiadora à ortodoxia econômica reinante que está conduzindo a atual agenda da OMC a uma liberalização e intensificação do comércio cada vez maior. Introduzindo outras teorias econômicas heterodoxas, inclusive a economia feminista, ela argumentou que, se seguir outros caminhos econômicos, a OMC será mais capaz de promover o desenvolvimento e erradicar a pobreza conforme promete na introdução à Agenda do Desenvolvimento de Doha.

O painel da IGTN, “Beijing +10 Encontra OMC +10”, patrocinado em conjunto com a Action Aid, deu continuidade ao projeto de avaliar como a agenda de liberalização do

comércio da OMC tem afetado as promessas feitas pela Plataforma de Beijing para Ação no sentido de promover a segurança econômica e os direitos das mulheres.

Marianne Hochuli (IGTN - Europa) se concentrou em dois tópicos das negociações do GATS: serviços financeiros e turismo. Ela argumentou que as experiências de fins da década de 1980 mostram que a concorrência dos bancos estrangeiros nos países em desenvolvimento pode enfraquecer os bancos locais e deixá-los suscetíveis a crises. Tampouco os bancos estrangeiros asseguram que pequenas e médias empresas tenham acesso a crédito barato, um problema para as mulheres e as populações rurais. Ela destacou que a interseção entre gênero e processos financeiros tem recebido pouca atenção mas menciona alguns estudos que mostra o impacto de gênero quando as economias atravessam liberalização financeira e crises, inclusive uma quantidade cada vez maior de mulheres perdendo empregos, domicílios com rendas cada vez mais baixas e preços cada vez mais altos para os alimentos, o que aumenta o fardo depositado sobre as mulheres, os cortes nos orçamentos sociais, redução de acesso a crédito e um êxodo em busca de empregos.

O turismo costuma ser citado como uma vantagem para os países em desenvolvimento, mas estudos recentes têm mostrado que sem uma adequada regulamentação doméstica, impostos e marcos de investimento para a população e o meio ambiente local, a liberalização do mercado pode ser prejudicial para o turismo sustentável.

As mulheres desempenham um papel importante nos setores do turismo, somando até 70% da força de trabalho no turismo global. Entretanto, sua mão-de-obra costuma ser explorada e elas acabam se concentrando na força de trabalho informal e nos empregos de salários mais baixos. Embora algumas consigam tirar algum proveito, a maioria acaba sendo usada mesmo na divulgação de atrações turísticas e, ainda, como objetos do turismo sexual e da prostituição. A concorrência global cada vez maior nas viagens e no turismo desbanca muitos pequenos hotéis, restaurantes e empresas de turismo locais, geralmente tocadas por mulheres.

A falta de proteção das populações locais somada aos incentivos fiscais que os países oferecem para investimento em turismo onera as populações locais e os orçamentos nacionais.

Naty Bernardino (IGTN - Ásia) analisou o Documento Base de julho e as atuais negociações relativas à necessidade de se corrigir os desequilíbrios vigentes no Acordo sobre Agricultura e os considerou totalmente inadequados. Esses desequilíbrios apenas exacerbam os fardos e discriminações já existentes contra as mulheres. Ela conclui: “Embora a ‘transversalização do gênero’ seja tão mal utilizada, diluída e tornada complicada que muitos grupos de mulheres agora acham difícil se apossar do conceito. Introduzir o gênero na linguagem das negociações da OMC, ainda que um mínimo apenas, talvez seja um primeiro passo ou uma boa abertura para se exigir do sistema multilateral de comércio medidas mais concretas acerca dos direitos econômicos das mulheres. Uma estratégia interligada seria a de trazer as apreensões relativas a gênero e comércio no nível local para dentro da arena global de negociações onde é preciso vigiar os acordos que os governos fazem.” Ela declarou que, por se comprometerem com a Plataforma de Beijing para Ação, os governos deveriam ser responsabilizados por tais compromissos não apenas na Comissão da ONU sobre o Status da Mulher mas também em entidades mais poderosas como a própria OMC.

Aftab Alam Khan, do Action Aid, preencheu o quadro agrícola introduzindo o papel dominante que as mulheres desempenham na produção agrícola, particularmente no Sul Global. Ele apresentou os papéis fundamentais das mulheres enquanto guardiãs da semente e da biodiversidade, produtoras de alimento e agricultoras, e a ameaça que os acordos agrícolas da OMC representam para elas. Ele concluiu recomendando que tanto no nível nacional quanto no multilateral as questões relativas às mulheres sejam trazidas para o âmbito interno das negociações. Respondendo a uma declaração feita por um representante da OMC que disse a um grupo de mulheres que a transversalização do gênero na OMC é impossível sem argumentos econômicos convincentes, o Sr. Alam pediu mais pesquisas e análises das questões relativas às mulheres e o comércio, e pediu ainda que as ONGs e os movimentos sociais se juntem nessas questões.

Mariama Williams (CGTN) concluiu o painel apartando a afirmativa de que as mulheres estão tentando trazer questões demais para a OMC. De fato, os países são responsáveis pelas questões de gênero junto à OMC por terem assinado a Plataforma de Beijing para Ação e a CEDAW (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres). Ela também citou relatórios da UNCTAD, da FAO, da OMT e do UNDP, que tratam dos direitos e necessidades econômicas das mulheres em todos os setores da economia e destacam que as instituições governamentais e as ONGs vêm razões para ligar as mulheres e a economia.

As apresentações se seguiram de um animado período de discussões.

As apresentações a seguir encontram-se disponíveis do site da IGTN na Internet:

- Mariama Williams (CGTN) sobre o Alto Painel da OMC: <http://www.igt.org/page/603/1/>
- Naty Bernardino (IGTN-Ásia): <http://www.igt.org/page/599/1>
- Marianne Hochuli (IGTN-Europa): <http://www.igt.org/page/600/1>
- Aftab Alam Khan (ActionAid International): <http://www.igt.org/page/601/1>

Mulheres Norte-americanas Fazem o Elo Entre Política Comercial e Oportunidade Econômica das Mulheres

Kristin Sampson, Secretariado da IGTN

Como parte de um comprometimento constante com a expansão do diálogo e a abertura do debate em torno de questões de gênero e comércio nos Estados Unidos, a Rede Norte-americana de Gênero e Comércio (USGTN) e suas parcerias nacionais estão empreendendo uma série de consultas neste trimestre com mulheres de todo o país.

No dia 16 de abril, em Nashville, no estado do Tennessee, um grupo de mulheres ativistas, acadêmicas e líderes de ONGs se reuniu para discutir como são diferentes as maneiras como a liberalização do comércio e a concomitante agenda de privatização afetam mulheres e homens.

Na agricultura, ocorreram importantes mudanças no cultivo de tabaco e na criação de galinhas. Nos investimentos, observou-se uma mudança geral da manufatura para os serviços e o impacto da WalMart sobre os negócios de menor porte. Compartilhando relatos comprobatórios, esses grupos identificaram que tais mudanças exerciam impactos diferentes sobre as mulheres e os homens, e que entre as mulheres havia diferenciações

dos impactos sobre as de cor, as da região dos Apalaches e ainda sobre as trabalhadoras mais idosas e as mais jovens.

Os serviços educacionais passaram por violentos cortes de financiamento nas artes, música e programas esportivos nas escolas públicas. A educação de nível superior também não recebe verbas e os professores universitários precisam de tíquetes de alimentação e circulam nos mais baixos níveis de taxas de graduação universitária.

O Tennessee tem indicadores de saúde particularmente baixos para mulheres e crianças, e ainda a mais elevada taxa de mortalidade infantil. A privatização da saúde, os cortes governamentais nos serviços sociais e o fechamento de clínicas médicas em todo o estado têm prejudicado acima de tudo as mulheres.

Além disso, os cortes gerais nos programas sociais têm excluído os mais pobres de todos. Os pagamentos de benefícios sociais são os mais baixos do país, em torno de 185 dólares por mês para cada família. E mais, à medida que o estado tira gente da seguridade social, essas pessoas se voltam para os empregos mais mal pagos do setor de serviços – em geral, sem benefícios empregatícios nem garantias de longo prazo.

Essa consulta foi organizada por Rosemarie Mincey, PhD em colaboração com o Centro das Mulheres da Universidade de Vanderbilt, o Centro de Paz e Justiça de Nashville, o Instituto de Relações Raciais da Universidade Fisk e a Rede de Renovação Industrial do Tennessee (TIRN).

No dia 21 de abril de 2005, uma quinta-feira, quando o Comitê de Meios e Recursos da Câmara dos EUA dava início às audiências sobre o CAFTA (Acordo de Livre Comércio entre EUA, América Central e República Dominicana), mulheres desempregadas, trabalhadores afastados, líderes comunitários e cidadãos preocupados participavam de uma série de reuniões, realizadas no distrito rural de Robeson, no estado da Carolina do Norte, sobre as questões das mulheres, do desenvolvimento e do comércio.

Robeson é o distrito rural mais etnicamente diverso do país e também um dos mais pobres do estado, assolado pelas mais altas taxas de desemprego e subemprego. Segundo um estudo recente conduzido por Leslie Hossfeld, PhD do Instituto para Questões Emergentes e do Centro para Ação Comunitária, durante os dez primeiros anos pós-NAFTA, 9.000 empregos foram deslocados do distrito rural de Robeson. O impacto econômico e social dessa perda foi de 4,5 bilhões de dólares.

Durante a parte da manhã, mais de 40 mulheres desempregadas e subempregadas, inclusive trabalhadoras e jovens afetadas pelos deslocamentos, que estão matriculadas em programas de formação profissional e cursos de preparação para tirar o GED (Diploma de Formação Geral) na Faculdade Comunitária de Robeson, reuniram-se para discutir as necessidades e desafios das mulheres que se preparam para conseguir um emprego ou logo que conseguem um, especificamente nos quatro setores: saúde, indústria manufatureira, agricultura e o ramo da recreação e turismo.

Uma recém-formada observou a falta de bons empregos e de moradia acessível: “Agora, emprego é só na WalMart, nas lanchonetes e na saúde.” Qual muitas outras jovens diplomadas, ela talvez também acabe saindo do distrito para conseguir encontrar algum emprego decente.

Muitas participantes reconheceram que as políticas do comércio têm causado impactos sobre sua comunidade, particularmente ao estimular que a manufatura se desloque para outros distritos com salários mais baixos e um ambiente regulador mais fraco. Ao responderem a perguntas sobre o que haveria motivado políticas como as do Acordo Norte-americano de Livre Comércio e os demais acordos feitos pela Organização Mundial do Comércio, muitas mulheres disseram achar que as grandes empresas se beneficiam com eles. Uma mulher disse simplesmente que “os ricos estão ficando mais ricos enquanto os pobres estão ficando mais pobres.” Por todo canto, não havia mulher alguma que achasse que as políticas de liberalização econômica estavam facilitando a vida do povo que trabalha.

Na parte da tarde com os empregadores dos setores da agricultura, saúde, manufatura e turismo, representantes da agricultura e da manufatura destacaram contração nos setores, particularmente o têxtil e o das confecções onde muitas mulheres se empregam. Dos empregos que sobraram na área agrícola, a tendência é o de serem nos níveis menos seletos (para o trabalho no campo ou no processamento de alimentos) ou nos mais seletos onde os trabalhadores precisam ter bons conhecimentos no uso do computador. A saúde e o turismo foram identificados como setores onde as mulheres, particularmente, conseguem encontrar empregos em faixas que vão desde o trabalho de auxiliar nos níveis iniciais até as oportunidades profissionais e gerenciais.

Na noite daquele dia 21, reuniram-se membros comunitários e alunos da faculdade para uma discussão voltada para gênero, comércio e desenvolvimento. Depois de uma apresentação feita pela Dra. Hossfeld sobre as dimensões de gênero advindas da perda de empregos no distrito rural de Robeson e uma breve introdução sobre acordos de livre comércio feita por Kristin Sampson, da USGTN, os participantes deram início a uma animada discussão sobre economia e os fardos sociais com que arcam as mulheres e as famílias de trabalhadores pobres. Especialmente preocupantes foram as restrições que os acordos de comércio podem exercer sobre projetos de desenvolvimento sustentável que estejam sendo considerados para ajudar a economia local a crescer.

Os relatórios completos dos resultados das consultas estarão à disposição no próximo trimestre.

RECURSOS DE GÊNERO E COMÉRCIO

CAFTA Reina sobre Dívida Soberana: Consolidando os Grilhões da Dívida

Aldo Caliari, *Center of Concern*

Editado por Alexandra Spielloch, Secretariado da IGTN

Neste breve informe, Aldo Caliari argumenta que a chocante realidade é a de que, ao aplicar regras de investimento voltadas para a proteção de investidores estrangeiros à dívida soberana, o CAFTA não poupa esforços para fechar todas as possíveis soluções para os problemas da dívida dos países Centro-americanos.

As regras do Acordo Centro-americano de Livre Comércio (CAFTA) foram bastante criticadas nas campanhas da dívida por incorporarem um modelo de desenvolvimento que só irá manter, se é que não irá piorar, as agruras da dívida dos países em desenvolvimento associados. Apesar disso, as regras do CAFTA que regem diretamente o tratamento de dívida soberana foram pouco divulgadas e receberam relativamente pouca atenção.

Para ler o artigo inteiro, queira visitar: <http://www.igtn.org/page/593>.

Engendrando Políticas Coerentes para o Desenvolvimento: Questões de gênero para a agenda global de políticas no ano de 2005

Maria Floro e Hella Hoppe, do Friedrich-Ebert-Stiftung (FES)

Neste estudo, Maria Floro e Hella Hoppe argumentam em prol de uma abordagem com *políticas coerentes* à política de gênero a fim de tratar da questão do desmerecimento das metas sociais resultante de decisões noutras arenas tais como o comércio ou as políticas macroeconômicas e a dificuldade de se rastrear as origens da política econômica. A isso se chama *engendrar políticas coerentes*. Um dos pontos de partida é o processo de Financiamento para o Desenvolvimento, que é conduzido pela ONU. A convocação em prol de mais coerência das políticas é uma característica fundamental desse processo.

Embora não se abstenham de uma posição clara acerca dessas questões, os autores do estudo não nos fornecem nenhuma solução rápida. O que fazem, sim, é desfiar o complexo relacionamento que existe entre as macropolíticas em diferentes níveis, as mudanças no atual mundo do trabalho e a situação social das mulheres e dos homens, particularmente aqueles que vivem nas partes deste mundo que se encontram em desenvolvimento. Os argumentos dos autores se baseiam numa compreensão plena da dimensão de gênero da economia e um sólido conhecimento em primeira mão do cada vez maior corpo de pesquisas e literatura disponível sobre o assunto.

O relatório completo está disponível na Internet no endereço:

<http://www.igtn.org/page/597/1>.

Mitos do Gênero e Fábulas Feministas: Reposicionando o Gênero nas Políticas e Práticas do Desenvolvimento

Marjorie Mbilinyi, Programa Tanzaniano de Articulação do Gênero (TGNP) – preparado para o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento

Embora tenha sido divulgada em 2003, esta interessante contribuição da renomada feminista africana Marjorie Mbilinyi questiona a noção predominante de que em todo canto a globalização prejudica mais as mulheres que os homens. Através de estudos de caso da África Meridional e Ocidental, a Profa. Mbilinyi questiona este e outros mitos e revela uma realidade mais complexa. Ela conclui que é necessário apoiar tanto mulheres quanto homens que sejam produtores e pobres em vez de se concentrar exclusivamente nas mulheres.

O artigo completo está disponível na Internet em <http://www.igtn.org/page/596/1>.

O Gênero e a Liberalização do Mercado de Trabalho na África

Rede de Pesquisa sobre a Mão-de-obra Africana

Este relatório, divulgando em 2004, examina a liberalização do mercado de trabalho na África a partir de uma ótica do gênero. Ele analisa as atuais políticas da economia e do trabalho em sete países africanos para verificar seu impacto sobre a força de trabalho e o movimento trabalhista organizado em geral, e as mulheres em particular. Os países examinados são: Namíbia, Nigéria, África do Sul, Gana, Zâmbia, Zimbábue e Malavi.

O relatório completo se encontra na Internet em <http://www.igtan.org/page/595/1>.

EVENTOS E AVISOS

GÊNERO E COMÉRCIO: Identificando Mitos, Superando Desafios e Elaborando Alternativas

20 de maio de 2005 - Washington, DC

Juntamente com o *Center of Concern* e o Centro Internacional Woodrow Wilson para Acadêmicos, a IGTN irá realizar um seminário de meio dia, GÊNERO E COMÉRCIO: Identificando Mitos, Superando Desafios e Elaborando Alternativas. Enquanto as discussões sobre o comércio vão se tornando cada vez mais imprescindíveis, os elos entre gênero e comércio continuam sem estudos suficientes e acabam negligenciados durante a negociação e implementação dos acordos de comércio.

Prevendo a chegada da reunião ministerial da OMC em Hong Kong bem como a proliferação de acordos de comércio regionais e bilaterais, esta conferência irá gerar um diálogo sério e profundo acerca dos mitos relacionados ao gênero que existem por trás das atuais políticas de comércio, dos desafios à inclusão das dimensões do gênero e das conseqüências de se ignorar a transversalização do gênero nas políticas e acordos do comércio.

Serão palestrantes no seminário da IGTN:

- Marina Durano (IGTN-Ásia)
- Mariama Williams (Rede Caribenha do Gênero e Comércio)
- Maria Riley (Rede Norte-americana do Gênero e Comércio; Secretariado da IGTN)

Para obter maiores informações, queira contatar Alexandra Spieldoch no endereço aspieldoch@coc.org.

14ª Associação Internacional Anual para Economia Feminista

17 a 19 de junho de 2005 – Washington, DC

A IAFFE realiza sua 14ª Conferência Anual em Washington, DC, no campus da Universidade Americana entre 17 e 19 de junho de 2005. O público terá a oportunidade de participar de oficinas de orientação, sessões plenárias, jantares regionais para articulação com membros e participantes de diferentes regiões geográficas. A Conferência da IAFFE irá contar com a presença de economistas feministas da IGTN.

Quem tiver interesse em participar ou desejar receber maiores informações, queira visitar <http://www.iaffe.org/conferences/details.phtml?id=1>.

Quando as Mulheres Ganham, O Mundo Também Ganha

19 a 21 de junho de 2005 – Washington, DC

O Instituto de Pesquisas sobre Políticas para as Mulheres irá realizar sua Oitava Conferência Internacional sobre Políticas para as Mulheres, *Quando as Mulheres Ganham, O Mundo Também Ganha*, entre 19 e 21 de junho de 2005, em Washington, DC.

O tema da conferência se concentra na realidade de que investir no status da mulher em termos globais não só é importante para as próprias mulheres como também é crítico para o bem estar econômico e social de comunidades, instituições e países. Por exemplo, melhorar as oportunidades econômicas das mulheres promove a saúde comunitária; a igualdade das mulheres na força de trabalho leva a melhores resultados das empresas; e o avanço da liderança das mulheres tem a possibilidade de transformar as políticas públicas nos níveis local, nacional e global. O IWPR convida legisladores, militantes, pesquisadores e acadêmicos, sindicalistas, empresários, funcionários governamentais e ativistas de ONGs e instituições sem fins lucrativos, e ainda a mídia, para virem à sua conferência internacional compartilhar informações e discutir estratégias na formulação de políticas que possam ser usadas para melhorar os programas e as políticas do mundo inteiro que protegem e promovem as mulheres e as meninas.

A IGTN irá participar de um desses painéis.

Maiores informações podem ser encontradas em
<http://www.iwpr.org/Conference2005/index.htm>.

Para receber o Boletim Mensal da IGTN via correio eletrônico, escreva para secretariat@igtn.org e coloque "assinar" na linha de assunto; faça constar no corpo da mensagem o seu nome e o da sua organização.

Para ler boletins antigos, vá ao site da IGTN em:
<http://www.igtn.org/page/bulletins/>.

[1] Uma licença compulsória permite que um governo envolva terceiros para produzir um bem patenteado ou usar um processo patenteado sem o consentimento do detentor da patente. O Artigo 31 do Acordo dos TRIPS traça as condições mediante as quais podem ser emitidas as licenças compulsórias.

[2] Uma decisão tomada pelo Conselho Geral delineando as circunstâncias sob as quais os países com capacidade fármaco-manufatureira podem importar versões genéricas de drogas patenteadas. A Decisão deixa temporariamente de lado as obrigações dos Membros impostas pelo Artigo 31(f) do TRIPS, permitindo que eles exportem produtos farmacêuticos gerados na vigência da licença compulsória. Essa desobrigação tem validade até que o Acordo dos TRIPS receba as emendas a título permanente.

[3] A IGTN continua a afirmar a Declaração de Doha sobre *TRIPS e Saúde Pública*, parágrafo 4, que dá aos governos o direito de agir em nível nacional para poderem aproveitar totalmente as flexibilidades e medidas diretivas contidas no TRIPS, de forma a garantir medicamentos acessíveis para todos e a proteger a saúde pública e apóia qualquer proposta que fortaleça esta posição.

[4] Este item se refere à apropriação indevida de materiais de um país por outro, através das quais sejam requeridas noutro país as patentes desses materiais ou invenções deles derivadas.

[5] Este item se refere ao conhecimento ou prática local que tenha sido passado de uma geração para outra e seja dominado com vistas a invenções patenteadas. A polêmica desta questão surge quando comunidades indígenas ou locais têm a compreensão das propriedades curativas de plantas mas esse conhecimento não é reconhecido quando se patenteiam remédios. A maneira de reconhecer o valor de tais conhecimentos tradicionais tem sido tema de debates constantes na WIPO, na FAO e na OMC. Também há referências a

essa matéria na Convenção Sobre a Diversidade Biológica e ela está incluída no Parágrafo 19 do Programa de Trabalho de Doha.

[6] Um acordo feito durante a Cúpula da Terra no Rio em 1992, contendo compromissos internacionais para assegurar que os IPRs apoiem a preservação dos recursos ecológicos do mundo. Suas três metas principais são: a) conservação da diversidade biológica; b) uso sustentável de seus componentes; e c) partilha justa e equitativa dos benefícios advindos do uso dos recursos genéticos.

[7] Para obter maiores informações sobre o uso de Produtos Especiais e Mecanismos Especiais de Salvaguardas com relação aos impactos de gênero causados pelo comércio, procure *Incorporating Gender Considerations for the Designation of Special Products in WTO Agriculture Negotiations*, de Maria Pia Hernandez, IGTN Genebra. Disponível na Internet no endereço <http://www.igtn.org/page/568>.

[8] Este termo se refere a apoio doméstico para a agricultura que distorça o comércio.

[9] Este termo se refere à renda direta dada a agricultores para programas com limitação à produção.

[10] Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, China, Cuba, Egito, Guatemala, Índia, Indonésia, México, Nigéria, Paquistão, Paraguai, Filipinas, África do Sul, Tanzânia, Tailândia, Venezuela, Zimbábue.

[11] A fórmula não linear também é conhecida como fórmula suíça “única” ou fórmula “harmonizadora”. A fórmula suíça original foi adotada na Rodada de Tóquio para fornecer uma base consistente sobre a qual os Membros poderiam calcular suas reduções tarifárias.

[12] Sua proposta pode ser encontrada na Internet no endereço:

<http://www.nftc.org/default/trade/wto/Final%20NFTC-WTO%20Tariff%20Analysis.pdf>

[13] Benin, Barbados, Botsuana, China, Congo, Costa do Marfim, Cuba, República Dominicana, Haiti, Honduras, Índia, Jamaica, Quênia, Coréia, Madagascar, Maurício, Mongólia, Moçambique, Nicarágua, Nigéria, Paquistão, Panamá, Peru, Filipinas, Senegal, Sri Lanka, Trinidad e Tobago, Tanzânia, Turquia, Uganda, Venezuela, Zâmbia, Zimbábue.

[14] Deputado Ted Strickland (Democrata, pelo estado de Ohio), 28 de abril de 2005, audiência do subcomitê da Câmara para Energia e Comércio sobre a proposta do CAFTA.

[15] Notícias CISPES: “Polícia de Choque Ataca Manifestantes em Passeata contra o CAFTA”, 15 de abril de 2005.